

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020, 2019 e
2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações dos valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
UTE GNA I Geração de Energia S.A.**
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da UTE GNA I Geração de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da UTE GNA I Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Determinação dos custos que são diretamente associados à construção da usina termelétrica e do terminal de regaseificação

Veja Notas Explicativas 7b e 16 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O Projeto da UTE GNA I Geração de Energia S.A. visa a construção (i) de uma termelétrica e (ii) de um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e as obras de construção destes imobilizados ainda estão em andamento, estando todos os gastos diretamente associados com a construção sendo classificados no ativo imobilizado</p> <p>Tendo em conta que as obras de construção destes ativos, representam aproximadamente 70% do total de ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e que a relevância dos montantes envolvidos nas transações representa elevado risco de distorção material nas demonstrações financeiras, consideramos esse item como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Realização de teste, com base em amostragem, dos lançamentos registrados como adições ao imobilizado no exercício corrente, confrontando os itens selecionados com a evidência documental pertinente e inspecionando a elegibilidade da natureza do gasto como custo diretamente atribuível à construção.– Obtenção da base de custos incorridos com a construção dos ativos imobilizados no exercício corrente e, com base na descrição dos itens, avaliamos a elegibilidade dos mesmos como custos diretamente atribuíveis à construção.– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação dos referidos ativos imobilizados, os quais foram registrados e divulgados pela Companhia.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável a determinação dos custos que são diretamente associados ao imobilizado como parte da construção da termelétrica e do terminal de regaseificação, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Reconhecimento inicial do contrato de arrendamento relativo à unidade flutuante de armazenamento e regaseificação

Veja Notas Explicativas 7j e 18 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia registrou, no exercício corrente, direito de uso e passivo de arrendamento relevantes decorrentes do contrato de arrendamento associado à Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU), de acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16).

O reconhecimento inicial do passivo de arrendamento e, conseqüentemente, do ativo de direito de uso, exige julgamento relevante na determinação das premissas que suportam a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia, utilizada na mensuração do valor presente do passivo de arrendamento.

Devido ao grau de incerteza e complexidade associado às premissas utilizadas na determinação da taxa incremental sobre empréstimo da Companhia, bem como ao fato de que eventuais variações nas premissas utilizadas podem impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação dos termos do arrendamento com base na leitura do contrato.
- Avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da taxa incremental sobre empréstimo utilizada na mensuração do valor presente do passivo de arrendamento por meio de cálculo independente utilizando premissas comumente praticadas no mercado, bem como a inspeção dos dados contratuais relevantes para o cálculo.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do direito de uso e passivo de arrendamento, os quais foram registrados e divulgados pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento decorrentes do contrato de arrendamento relativo à FSRU, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

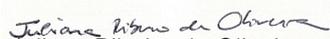
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira
CRC RJ-095335/O-0

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019	2018
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9	186.221	367.339	53.427
Depósitos bancários vinculados	10	-	-	200
Contas a receber – partes relacionadas	11	54.506	24.589	118
Estoques de GNL	12	103.132	-	-
Adiantamentos diversos		321	307	51
Despesas antecipadas	13	15.596	26.364	43.715
Impostos a recuperar	14	2.354	2.839	864
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	2.940	-	489
Instrumentos financeiros derivativos	28	36.249	2.684	-
Outros valores a receber		-	-	2
Total do ativo circulante		401.319	424.122	98.866
Não circulante				
Despesas antecipadas	13	47	1.523	11.617
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	14	1.331	322	-
Impostos diferidos	15	50.978	19.512	7.019
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	667	-
Depósitos bancários vinculados	10	11.837	11.446	-
Imobilizado	16	4.074.465	3.170.284	796.159
Intangível	17	31.500	30.933	30.813
Direito de uso	18	1.211.355	104.858	-
Total do ativo não circulante		5.381.513	3.339.545	845.608
Total do ativo		5.782.832	3.763.667	944.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019	2018
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	19	82.891	72.514	8.589
Salários e encargos a pagar	20	14.344	12.371	4.091
Contas a pagar – partes relacionadas	11	244.263	88.090	20.762
Empréstimos	23	112.421	62.416	-
Impostos e contribuições a recolher	21	2.056	2.510	2.432
Imposto de renda e contribuição social a recolher	21	-	281	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	2.199	3.941	-
Obrigações com terceiros	22	17.142	5.700	9.579
Passivos de arrendamento	18	64.381	1.226	-
Outras Contas a Pagar		80	80	-
Total do passivo circulante		539.777	249.129	45.453
Não circulante				
Contas a pagar – partes relacionadas	11	1.045	-	-
Empréstimos	23	2.118.100	1.576.332	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	2.653	-
Obrigações com terceiros	22	-	16.477	21.385
Passivos de arrendamento	18	1.355.306	118.918	-
Provisão para contingências	24	-	270	-
Total do passivo não circulante		3.474.451	1.714.650	21.385
Patrimônio líquido				
Capital social	25	925.802	925.802	445.698
Reservas de capital		925.802	925.802	445.612
Ajuste de avaliação patrimonial		34.049	(3.243)	-
Prejuízos acumulados		(117.049)	(48.473)	(13.674)
Total do patrimônio líquido		1.768.604	1.799.888	877.636
Total do passivo e patrimônio líquido		5.782.832	3.763.667	944.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019	2018
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	26	(32.603)	(43.327)	(22.050)
Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment") e outras perdas	9	<u>17</u>	<u>(33)</u>	<u>(5)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(32.586)</u>	<u>(43.360)</u>	<u>(22.055)</u>
Resultado financeiro	27			
Receitas financeiras		9.400	15.521	3.113
Despesas financeiras		<u>(77.893)</u>	<u>(18.416)</u>	<u>(1.750)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(101.079)</u>	<u>(46.255)</u>	<u>(20.692)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	1.037	(1.037)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	<u>31.466</u>	<u>12.493</u>	<u>7.019</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(68.576)</u>	<u>(34.799)</u>	<u>(13.673)</u>
Resultado por ação				
Prejuízo por ação ordinária - básico e diluído em R\$		<u>(0,03704)</u>	<u>(0,01879)</u>	<u>(0,01534)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2020	2019	2018
Prejuízo líquido do exercício	(68.576)	(34.799)	(13.673)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	-	-	-
Ganhos e perdas operações hedge	<u>37.292</u>	<u>(3.243)</u>	<u>-</u>
Total do prejuízo abrangente do exercício	<u>(31.284)</u>	<u>(38.042)</u>	<u>(13.673)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de Capital</u>					Patrimônio líquido
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio na emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1	12.320	-	-	(1)	12.320
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(13.673)	(13.673)
Aumento de capital - Infra	298.617	(12.320)	-	-	-	286.297
Aumento de capital - Siemens	147.080	-	-	-	-	147.080
Aumento de reserva de capital - Infra	-	-	298.560	-	-	298.560
Aumento de reserva de capital - Siemens	-	-	147.052	-	-	147.052
Saldo em 31 de dezembro de 2018	445.698	-	445.612	-	(13.674)	877.636
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(34.799)	(34.799)
Aumento de capital - Infra	321.670	-	-	-	-	321.670
Aumento de capital - Siemens	158.434	-	-	-	-	158.434
Aumento de reserva de capital - Infra	-	-	321.727	-	-	321.727
Aumento de reserva de capital - Siemens	-	-	158.463	-	-	158.463
Perda operações hedge	-	-	-	(3.243)	-	(3.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	925.802	-	925.802	(3.243)	(48.473)	1.799.888
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(68.576)	(68.576)
Ganho operações hedge	-	-	-	37.292	-	37.292
Saldo em 31 de dezembro de 2020	925.802	-	925.802	34.049	(117.049)	1.768.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2020	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos impostos	(101.079)	(46.255)	(20.692)
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	1.320	634	1
Variação monetária	1.450	5.153	1.389
Ganhos e perdas operação - hedge	(723)	30	-
Juros e variação cambial sobre passivo de arrendamento	66.700	183	-
Provisão (reversão de provisão) para contingências	(270)	270	-
Redução (reversão) ao valor recuperável de ativos ("impairment") e outras perdas	(17)	33	5
	(32.619)	(39.952)	(19.297)
Resultado líquido ajustado			
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:			
Impostos a recuperar	(2.414)	(1.808)	(998)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.050)	-	(355)
Despesas antecipadas	1.472	(425.086)	(53.248)
Estoques	(103.132)	-	-
Adiantamentos diversos	(14)	(256)	(51)
Outros valores a receber	-	2	(2)
Depósitos bancários vinculados	567	(9.873)	(200)
Contas a receber – partes relacionadas	(29.900)	(24.504)	(123)
Fornecedores	8.685	57.993	2.669
Contas a pagar – partes relacionadas	157.218	58.118	20.139
Impostos e contribuições a recolher	302	(678)	2.432
Outras contas a pagar	-	80	-
Obrigações com terceiros	(5.751)	(9.381)	(421)
Salários e encargos a pagar	1.973	8.280	4.091
	(4.663)	(387.065)	(45.364)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais			
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado	(482.384)	(2.246.927)	(779.645)
Aquisição de bens do intangível	(805)	(136)	(813)
	(483.189)	(2.247.063)	(780.458)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital por acionista - Infra	-	321.670	286.297
Aumento de capital por acionista - Siemens	-	158.434	147.080
Reserva de capital - Infra	-	321.727	298.560
Reserva de capital - Siemens	-	158.463	147.052
Recursos provenientes de novos empréstimos	373.881	2.000.591	-
Pagamento passivo de arrendamento	(1.099)	(581)	-
Pagamento de juros de empréstimos	(66.048)	(5.277)	-
Empréstimo - Infra - liberação	-	561.390	-
Empréstimo - Infra - pagamento	-	(561.390)	-
Empréstimo - Siemens - liberação	-	320.425	-
Empréstimo - Siemens - pagamento	-	(320.425)	-
Pagamento de juros empréstimo - Infra	-	(4.448)	-
Pagamento de juros empréstimo - Siemens	-	(2.539)	-
	306.734	2.948.040	878.989
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(181.118)	313.912	53.167
No início do exercício	367.339	53.427	260
No fim do exercício	186.221	367.339	53.427
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(181.118)	313.912	53.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2020	2019	2018
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(14.784)	(14.440)	(6.504)
Perda/recuperação de valores ativos	17	(33)	(5)
Outras	(1.132)	(1.227)	-
	<u>(15.899)</u>	<u>(15.700)</u>	<u>(6.509)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(15.899)</u>	<u>(15.700)</u>	<u>(6.509)</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(469)	(139)	(1)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>(16.368)</u>	<u>(15.839)</u>	<u>(6.510)</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
Receitas financeiras	8.699	7.931	3.109
Imposto de renda diferido	31.466	12.493	7.019
	<u>40.165</u>	<u>20.424</u>	<u>10.128</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>23.797</u>	<u>4.585</u>	<u>3.618</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta	5.556	17.026	4.986
Benefícios	6.756	4.696	6.795
FGTS	375	542	649
	<u>12.687</u>	<u>22.264</u>	<u>12.430</u>
Tributos			
Federais	1.639	4.836	2.634
Estaduais	-	-	-
Municipais	82	183	390
	<u>1.721</u>	<u>5.019</u>	<u>3.024</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	77.201	10.826	1.746
Aluguéis	764	1.275	92
Outras	-	-	-
	<u>77.965</u>	<u>12.101</u>	<u>1.838</u>
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	-	-	-
Dividendos	-	-	-
Prejuízo do exercício	(68.576)	(34.799)	(13.674)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	-
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-
	<u>(68.576)</u>	<u>(34.799)</u>	<u>(13.674)</u>
	<u>23.797</u>	<u>4.585</u>	<u>3.618</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A UTE GNA I Geração de Energia S.A. (“GNA I” ou “Companhia”) foi constituída em 17 de setembro de 2015 e em 20 de outubro de 2017 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado. Tem como objeto societário estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito; comercializar energia elétrica; atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia; construir, manter, operar e explorar terminais de gás natural liquefeito (GNL) e dutos de gás natural; transportar gases e líquidos por dutos de transporte e de transferência e participar em outras sociedades, bem como representar sociedades nacionais e estrangeiras. Possui como controladora direta a Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. (“GNA Infra”), e controladora indireta a Gás Natural S.A. (“GNA HoldCo”), que é controlada pela Prumo Logística S.A (Prumo).

O Projeto da GNA I visa a construção (i) de uma termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.300 megawatts (não auditado)* que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) e também de um terminal de regaseificação de GNL (“Terminal de Regaseificação”), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açú. O projeto faz parte do desenvolvimento do chamado “Açú Gás Hub”, localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

As obras da termelétrica estão em andamento, bem como a construção do Terminal de Regaseificação de GNL e os trabalhos para cabeamento da Linha de Transmissão 345 kV, que irá escoar a energia produzida pela GNA I.

Em agosto de 2019, foram liberados desembolsos no valor de R\$1.224.804, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e R\$804.058 do International Finance Corporation (IFC), conforme solicitação da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 17. Em abril de 2020, foi realizado o segundo desembolso no valor de R\$ 206.479, do BNDES, e R\$ 171.276, do IFC. A Companhia possui uma linha de crédito de R\$ 1.762.800 junto ao BNDES e USD 288.00 junto ao IFC..

Em 31 de dezembro de 2020, as obras da GNA I atingiram 98,4% do projeto concluído, com algum atraso no cronograma inicialmente acordado devido a redução das atividades em decorrência do surto de COVID19. A retomada integral dos trabalhos com as empresas contratadas foi feita em coordenação com as autoridades locais.

a. COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou que o surto de coronavírus se caracteriza como uma pandemia. As consequências da pandemia aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em âmbito federal, os Decretos nº 10.282/20, 10.292/20 e 10.329/20 trataram as atividades de geração de energia elétrica (incluídas as respectivas obras de engenharia), de óleo e gás e de logística de cargas como atividades essenciais que precisam continuar operando durante um estado de exceção.

Todas as empresas do Grupo GNA implantaram regimes especiais de operação para minimizar as chances de paradas totais de suas atividades, além de outras medidas para minimizar o contágio de seus colaboradores.

Foi implantado um Comitê de Gestão de Crise envolvendo todas as empresas do Grupo GNA para identificar riscos às operações e à continuidade dos negócios, avaliar diferentes cenários e traçar planos de ação para mitigar os riscos levantados. Neste comitê foram criados 5 grupos de trabalho para focar em temas específicos:

- Segurança, Meio Ambiente e Resposta à Emergências;
- Pessoas, Saúde e Comunicação Interna;
- Mercado e Clientes;
- Finanças, Controladoria e Tesouraria; e
- Operações e Suprimentos.

Desde então há um monitoramento diário dos principais riscos levantados por cada um desses grupos, incluindo, dentre outros, impactos relacionados a:

- cadeia de suprimentos e demanda por produtos ou serviços;
- capacidade de honrar com os compromissos de pagamento;
- risco de crédito: inadimplência ou pedidos de renegociação contratual;
- capacidade da empresa de manter as operações em pleno funcionamento; e
- redução de produtividade dos colaboradores e stakeholders relacionada a questões de saúde e segurança.

Diversas medidas preventivas foram e continuam sendo adotadas em cada uma das empresas do Grupo.

A GNA I teve suas atividades de construção reduzidas (sem paralização) para minimizar o contágio na planta e na região. A redução das atividades foi comunicada às autoridades locais e a retomada foi implementada de forma gradual.

Algumas atividades chave relevantes foram continuadas, com destaque para a energização da linha de transmissão e para os trabalhos finais no terminal de regaseificação de GNL. O cronograma do projeto foi revisado e a entrada em operação sofrerá um atraso de 5 meses, com consequente postergação de receita fixa pelo mesmo período. Em dezembro de 2020, a ANEEL reconheceu excludente de responsabilidade de 150 dias no atraso no cronograma de implantação da GNA I em decorrência dos impactos causados pelo COVID-19.

Os impactos financeiros no projeto foram mensurados, incluindo assinatura de aditivo com o Consórcio construtor da térmica. Os desvios identificados não superam as contingências incluídas no cálculo de custo do projeto, e por isso, à data deste relatório não identificamos qualquer insuficiência no financiamento da construção do projeto.

Não foram identificados impactos em relação à cadeia de suprimentos. Os aportes de financiamento foram recebidos normalmente e hoje a GNA I conta com uma posição financeira suficiente para financiar a conclusão das obras.

b. SPIC Brasil

Em 7 de agosto de 2020, a SPIC Brasil (SPIC), subsidiária da State Power Investment Corporation da China, assinou um contrato vinculante para adquirir 33% dos projetos termelétricos GNA I e UTE GNA II Geração de Energia S.A.(GNA II). As duas usinas, a gás natural, somarão uma capacidade instalada de 3 gigawatts (não auditado e pertencem a Gás Natural Açú (GNA), uma joint venture entre a Prumo Logística (controlada pela EIG), BP Global Investments (BP) e a Siemens (Controlada do acionista minoritário). O fechamento do contrato estava sujeito ao cumprimento de certas condições precedentes comuns a este tipo de transação as quais foram integralmente cumpridas em janeiro de 2021.

Licenças e autorizações

A Companhia possui licenças ambientais preliminares para até 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado.

Descrição	Documento	Data de Emissão	Vigência
Averbação que altera a condicionante nº 28 da LI:			
Texto antigo: Realizar pré-operação das novas instalações durante o período de 90 (noventa) dias após a conclusão de sua implantação, apresentando previamente ao INEA, o respectivo cronograma e a data do seu início.	AVB004368 (averba a LI Nº IN050586)	20/02/2020	04/11/2020
Texto Novo: Realizar pré-operação das novas instalações durante o período de 180 (cento e oitenta) dias após a conclusão de sua implantação, apresentando previamente ao INEA, o respectivo cronograma e a data do seu início.			
Licença de Operação para Linha de Transmissão Açú-Campos de 345 kV, com aproximadamente 52 km de extensão e a subestação UTE Novo Tempo GNA II (UTE GNA I)	LO Nº IN006540	26/05/2020	26/05/2030
Licença de Operação para Terminal de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (TGNL) destinado ao recebimento, armazenamento e regaseificação do GNL, além de expedição de gás natural, com capacidade de regaseificação de 21.000.000 Nm ³ /dia, localizado no Molhe Norte do Terminal 2 do Porto do Açú, compreendendo as seguintes unidades: Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU); estruturas de atracação e amarração de FSRU, LNGC e rebocadores; sistema de descarregamento de gás natural a alta pressão	LO Nº IN051350	28/05/2020	26/05/2030

Descrição	Documento	Data de Emissão	Vigência
Autorização de Supressão de Vegetação para 1,28 há de vegetação de restinga para o aceiro dos dutos do TGNL.	ASV Nº 2033.9.2020.15567	09/11/2020	09/11/2021
(i) Ficam excluídas as condições de validade nº 15 e 21. (ii) Fica incluída a condição de validade nº41: 41- Atender à Resolução INEA nº 64/2012, que dispõe sobre a apresentação de Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa para fins de licenciamento ambiental no Estado do Rio de Janeiro. (iii) Ficam alteradas as condições de validade nº 8, 14, 17, 32.6 e 32.7: 8- A empresa deverá exigir, via contrato, a vinculação das empresas terceirizadas ao PROCON FUMAÇA PRETA (Resolução CONEMA Nº. 58/13) e enviar anualmente cópia ao INEA. Caso possua ou venha a adquirir frota veicular a diesel própria, deverá atender à NOP-INEA-14. 14- Atender à NOP INEA - 01: Programa de monitoramento de emissões de fontes fixas para a atmosfera - PROMON AR, aprovada pela Resolução CONEMA Nº 84/2018, monitorando, semestralmente, as chaminés dos geradores de energia elétrica, para os parâmetros: Material Particulado Total (MPT), Óxidos de Nitrogênio (NOx) e Óxidos de Enxofre (SOx). 17- Aferir níveis de pressão sonora utilizando metodologia atualizada condizente com a norma estabelecida pela ABNT NBR 10151:2019 Versão Corrigida: 2020. 32.6- Realizar campanhas semestrais para os Programas de Monitoramento da Fauna Terrestre, Monitoramento da Biota Marinha, Monitoramento de Cetáceos e Monitoramento dos Quelônios. 32.7- Manter durante toda a operação o programa de foto mitigação ambiental e evitar a formação de horizonte luminoso, conforme determina a Portaria nº. 11/95 do IBAMA/MMA.	AVB004490 (Averba a LO Nº IN051350)	12/11/2020	26/05/2030
Licença autoriza a operação da Usina Termelétrica UTE GNA I, a gás natural, com capacidade instalada de 1.338,3MW em ciclo combinado e sua infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água e unidade de dessalinização, prédios administrativos, oficina, contêineres, sala de estocagem e laboratório), além da realização de captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre, na FAZENDA SACO DANTAS, S/N, AREA 1 E AREA 2 - UTE GNA I - PRAIA DO AÇU, município SÃO JOÃO DA BARRA.	LO Nº IN051787	08/12/2020	08/12/2028
Licença para instalação da UTE GNA I Geração de Energia S.A., a gás natural, com capacidade instalada de 1.298.968MW, em ciclo combinado, e linha de transmissão de 1,6KM, contemplando as alterações de layout, de infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água, prédios administrativos, oficina contêineres, sala de estocagem e laboratório) e da infraestrutura temporária para implantação (canteiros de obras), supressão de vegetação de restinga em área de 1,4907 hectare e realizar captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre.	LI nº IN04056 AVB004002	14/08/2018	09/03/2023

Descrição	Documento	Data de Emissão	Vigência
Licença prévia e de instalação aprovando a concepção localização, e implantação de canteiro de obras temporário e área aproximada mente 65.000m ² , contemplando a supressão de 277 indivíduos arbóreos nativos isolados em área de 5,89ha de pasto e de 0,06ha de cercas vivas de espécie exótica Euphorbia tirucalli (gaiolinha) e agrupamentos de espécie exótica Syzygium cumini (jamelão).	LPI nº IN047115	12/11/2018	12/11/2023
Autorização Ambiental para o manejo de fauna visando a captura, coleta e transporte de fauna silvestre a ser realizado durante a fase de cabeamento da Linha de Transmissão (LT) 345 kV.	AA nº IN003296	24/04/2019	24/04/2021

c. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro.

A Companhia auferiu prejuízo no montante de R\$ 68.576 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 34.799 em 31 de dezembro de 2019), e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 138.983 (Capital circulante líquido positivo de R\$ 174.993 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia está em fase pré-operacional e conseqüentemente não tem gerado fluxo de caixa para suas atividades. Os investimentos e os gastos incorridos pela Companhia estão sendo honrados por meio de suporte financeiro dos seus acionistas e financiamentos. A Administração não reconhece incerteza sobre a capacidade futura de geração de fluxo de caixa operacional considerando:

- Fluxo de caixa operacional futuro, com base no plano de negócios revisado por consultoria especializada periodicamente.
- Linha de crédito disponível junto ao BNDES e IFC nos montantes de R\$ 331.517 e USD 54.162, respectivamente (Nota 1 – Contexto operacional).
- A aquisição de 33% da Companhia pela SPIC assinada em agosto de 2020 e concluída em janeiro de 2021 (Nota 31 – Eventos subsequentes).
- Recebimento de Mútuos em janeiro e fevereiro de 2021 no montante de R\$ 161.595. (Veja Nota 31 – Eventos subsequentes)

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 27 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

As informações sobre as incertezas relacionados a julgamentos e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 15** - reconhecimento de impostos de renda e contribuição social diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas 16 e 17** - definição da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis, bem como a avaliação da recuperabilidade dos ativos;
- **Nota 24** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Dentre elas: alterações ao CPC 15/IFRS 3, alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7.

7 Principais políticas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as políticas contábeis adotadas são uniformes àquelas utilizadas quando da preparação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 2018, exceto pelas novas políticas contábeis relacionadas com a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 no exercício de 2019.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão - para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e Mensuração Subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou VJR (Valor justo por meio do resultado, com base:

- no modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros;
- nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a Custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por Impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o Impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(ii) *Passivos Financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

No início de relacionamentos de hedge designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes - ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (Impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

c. Intangível

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

O direito de comercialização de energia possui taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento do contrato de *Power Purchase Agreement* (PPA).

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Licença de uso de Software	5 anos
Direito de exploração	23 anos

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

g. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

h. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

i. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

j. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

Esta política foi aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Os prazos dos contratos de arrendamento vigentes em 2020 são:

FSRU	23 anos
Terreno	23 anos
Sala Comercial	5 anos

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso de arrendamento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos com valores abaixo de USD 5 mil e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

k. Informações por segmento

A Companhia opera um único segmento operacional geração de energia a gás. O segmento foi definido com base no produto e serviço prestado e reflete a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia no curso normal de suas operações. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações estão sendo avaliadas pela Companhia quanto a possíveis impactos significativos nas demonstrações financeiras:

- Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).
- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16).
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23 / IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

9 Caixa e equivalente de caixa

	2020	2019	2018
Caixa e bancos	56.153	21	82
Aplicações financeiras			
Aplicações financeiras (a)	<u>130.089</u>	<u>367.356</u>	<u>53.350</u>
	<u>130.089</u>	<u>367.356</u>	<u>53.350</u>
	<u>186.242</u>	<u>367.377</u>	<u>53.432</u>
Provisão de perda esperada (b)	<u>(21)</u>	<u>(38)</u>	<u>(5)</u>
Total	<u>186.221</u>	<u>367.339</u>	<u>53.427</u>

- (a) O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2020 é composto por conta corrente nos bancos Santander, Bradesco (Escrow), Banco do Brasil e Citibank, aplicação em CDB no Citibank e no Fundo do BNP, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de Corporate Default publicado pela S&P em 07 de abril de 2020, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating.

O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Companhia possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2020 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações nas empresas de rating listadas acima.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

Em milhares de Reais

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	186.242	0,01%	21

- (1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 07/04/20.

A movimentação da perda estimada no ano foi:

	Movimentação
Saldo em 1 de janeiro de 2018	<u>-</u>
Adição	<u>(5)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(5)</u>
Adição	<u>(33)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(38)</u>
Adição	<u>17</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(21)</u>

10 Depósitos bancários vinculados

	2020	2019	2018
Depósito ANTAQ (a)	-	-	200
Depósito NTN-B (b)	11.837	11.446	-
Total	11.837	11.446	200
Circulante	-	-	200
Não circulante	11.837	11.446	-
Total	11.837	11.446	200

- (a) Em 25 de julho de 2019, recebemos o depósito bancário no valor de R\$200, referente à caução de garantia do instrumento convocatório nº 3/2018 do anúncio público, referente à construção e exploração de instalação portuária na região do município de São João da Barra pela Antaq.
- (b) Em maio de 2019, a GNA I cedeu fiduciariamente em garantia, em favor do BNDES, Títulos Públicos Federais 2.619 títulos em 2020 e 2019 (NTN-B 2035), com vencimento em 2035, que permanecerão disponíveis até o final das obrigações no contrato de financiamento.

A movimentação em 2020, 2019 e 2018 dos títulos foram:

	<u>Títulos públicos federais</u>		
	ANTAQ	(NTN-B 2035)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	-	-
Principal	200	-	200
Saldo em 1º de janeiro de 2019	200	-	200
Principal	(200)	10.073	9.873
Provisão de juros (nota explicativa 27)	-	1.373	1.373
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	11.446	11.446
Recebimento de juros (fluxo de caixa)	-	(567)	(567)
Provisão de juros (nota explicativa 27)	-	958	958
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	11.837	11.837

11 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas sob controle comum, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	2020	2019	2018
Ativo:			
Contas a receber			
GNA Infra – Acionista direto (a)	7.967	5.962	118
GNA HoldCo- Acionista indireto(a)	8.400	4.400	-
UTE GNA II - Investida do acionista (a)	38.139	14.227	-
Total do ativo	54.506	24.589	118
Passivo:			
Contas a pagar			
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	9.143	6.598	17.171
GNA Infra - Acionista direto (a) e (g)	2.338	1.638	3.252
UTE GNA II – Investida do acionista (a)	6	-	-
Prumo Logística S.A – Controladora do acionista indireto (b)	414	289	174
Porto do Açú Operações S.A – Investida do acionista (b) e (f)	1.551	586	165
Siemens – Controlada do acionista minoritário (c)	128.670	78.646	-
BP Global – Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d)	103.132	333	-
Reserva Ambiental Fazenda Caruara – Investida do acionista (e)	54	-	-
Total	245.308	88.090	20.762
Contas a receber			
Circulante	54.506	24.589	118
Total	54.506	24.589	118
Contas a pagar			
Circulante	244.263	88.090	20.762
Não circulante	1.045	-	-
Total	245.308	88.090	20.762
Resultado:			
Custos compartilhados			
	2020	2019	2018
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	1.543	(5.762)	(5.430)
GNA Infra – Acionista direto (a)	1.469	4.269	(2.290)
UTE GNA II - investida do acionista (a)	23.906	14.227	-
Prumo Logística S.A – Controladora do acionista indireto (b)	(125)	1.714	(1.570)
Porto do Açú Operações S.A – Investida do acionista (b)	(955)	(584)	(475)
Ferroport - Investida do acionista (f)	40	-	-
Açú Petróleo - Investida do acionista (f)	(20)	-	-
Total	25.858	13.864	(9.765)

- (a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do Grupo GNA;
- (b) Reconhecimento do contrato de compartilhamento de despesas com pessoal e outras despesas gerais ocorridas entre UTE GNA I x Porto do Açú x Prumo;

- (c) Compra de equipamentos para térmica;
- (d) Prestação de serviços sobre o gerenciamento do terminal;
- (e) Prestação de serviços na reserva Caruara sob o controle de mudas;
- (f) Rateio de gastos com ações humanitárias COVID-19 entre as empresas Porto do Açu x UTE GNA I x Ferroport x Açu Petróleo.
- (g) Em julho de 2019, a GNA Infra e a Siemens pegaram um empréstimo com o banco BNP Paribas para aporte na GNA I como mútuo. Este empréstimo/mútuo foi totalmente quitado em agosto de 2019 quando a GNA I recebeu o seu primeiro desembolso do financiamento com o BNDES/IFC. Veja abaixo a movimentação:

Descrição	Infra	Siemens	2019
Desembolsos	553.603	315.981	869.584
IOF	6.577	3.754	10.331
FEE	1.210	690	1.900
Liberção total	561.390	320.425	881.815
Juros capitalizados	4.448	2.539	6.987
Quitação	(565.838)	(322.964)	(888.802)
Saldo em 2019	-	-	-

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	2020	2019	2018
Diretores			
Pró-labore	(2.815)	(2.776)	(459)
Bônus	(2.936)	(5.392)	(19)
Benefícios e encargos	(851)	(839)	(139)
Gastos compartilhados de diretoria (a)	883	(184)	(1.438)
Total	(5.719)	(9.191)	(2.055)

- (a) São valores relacionados aos gastos com diretoria nas empresas GNA HoldCo, GNA Infra e GNA II e que foram repassadas para a Companhia.

12 Estoques

	2020	2019
Estoque GNL	103.132	-
Total	103.132	-

Em dezembro de 2020, a Companhia recebeu sua primeira carga de gás natural liquefeito (GNL) para abastecimento do FSRU e primeiros testes de comissionamento.

13 Despesas antecipadas

	2020	2019	2018
Prêmio de seguros (a)	2.313	18.595	21.459
Custo de transação (b)	<u>13.330</u>	<u>9.292</u>	<u>33.873</u>
Total	<u>15.643</u>	<u>27.887</u>	<u>55.332</u>
Circulante	15.596	26.364	43.715
Não circulante	<u>47</u>	<u>1.523</u>	<u>11.617</u>
Total	<u>15.643</u>	<u>27.887</u>	<u>55.332</u>

- (a) Prêmios de seguros: riscos de engenharia, responsabilidade civil, transportes, FSRU e fiança.
- (b) A composição do custo de transação se dá por, todas as despesas incrementais que se originaram da operação de captação dos empréstimos, como taxas e comissões, despesas com intermediários financeiros, com consultores financeiros, com elaboração de projetos, auditores, advogados, escritórios especializados, gráfica, viagens etc.

Enquanto não captados os recursos a que se referem os custos de transação incorridos, estes devem ser apropriados e mantidos em conta específica do ativo como pagamento antecipado, conta essa que será reclassificada para conta redutora do valor captado de empréstimo, no passivo, assim que concluído o processo de captação. Em setembro de 2019 e abril de 2020 foram feitas as transferências referentes ao primeiro e segundo desembolsos, conforme mencionado na nota 23.

14 Impostos a recuperar

	2020	2019	2018
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	1.733	2.369	612
PIS / COFINS sobre importação	-	418	252
PIS / COFINS a recuperar	532	-	-
ICMS a recuperar	83	52	-
ISS a recuperar	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>2.354</u>	<u>2.839</u>	<u>864</u>
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	<u>4.271</u>	<u>322</u>	<u>489</u>
Total	<u>6.625</u>	<u>3.161</u>	<u>1.353</u>
Circulante	5.294	2.839	1.353
Não circulante	<u>1.331</u>	<u>322</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.625</u>	<u>3.161</u>	<u>1.353</u>

15 Impostos diferidos

	2020	2019	2018
Impostos diferidos ativos	<u>50.978</u>	<u>19.512</u>	<u>7.019</u>
Total	<u>50.978</u>	<u>19.512</u>	<u>7.019</u>

	Impostos diferidos ativos		
Saldo em 1º de janeiro de 2018			-
Despesas pré-operacionais			7.019
Saldo em 31 de dezembro de 2018			7.019
Despesas pré-operacionais			12.493
Saldo em 31 de dezembro de 2019			19.512
Despesas pré-operacionais			31.466
Saldo em 31 de dezembro 2020			50.978
	2020	2019	2018
Prejuízo antes dos impostos	(101.079)	(46.255)	(20.692)
Alíquota imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (base x alíquota)	34.367	15.727	7.035
Adições permanentes:			
Gratificação/Bônus retenção	(1.080)	(1.929)	(15)
INSS s/Bônus/Gratificações	(379)	(331)	(1)
Desp. Variação Cambial	-	(2.035)	-
Doações + Impostos incidentes doação	(1.400)	-	-
Ajuste IRPJ / CSLL exercício anterior	1.037	-	-
Outros	(42)	24	-
Total do Imposto de renda e contribuição social do período	32.503	11.456	7.019
Corrente	1.037	(1.037)	-
Diferido	31.466	12.493	7.019
Total	32.503	11.456	7.019
	(32,16) %	(24,77) %	(33,92) %

Estudos técnicos de viabilidade indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que ela iniciará as operações em 2021.

16 Imobilizado

	Adiantamentos para formação de imobilizado (*)	Obras em andamento e equipamentos em construção (**)	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	8.138	3.922	-	-	-	12.060
Adições (***) e (****)	327.177	456.751	112	-	60	784.100
Transferências	(56.822)	56.822	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	278.493	517.495	111	-	60	796.159
Custo	278.493	517.495	112	-	60	796.160
Depreciação acumulada	-	-	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	278.493	517.495	111	-	60	796.159
Adições (***) e (****)	-	2.373.586	47	9	609	2.374.251
Transferências	(263.406)	263.406	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(16)	-	(110)	(126)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.087	3.154.487	142	9	559	3.170.284
Custo	15.087	3.154.487	159	9	669	3.170.411
Depreciação acumulada	-	-	(17)	-	(110)	(127)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.087	3.154.487	142	9	559	3.170.284
Adições (***) e (****)	74.367	829.351	243	60	391	904.412
Depreciação	-	-	(31)	(5)	(195)	(231)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	89.454	3.983.838	354	64	755	4.074.465
Custo	89.454	3.983.838	402	69	1.060	4.074.823
Depreciação acumulada	-	-	(48)	(5)	(305)	(358)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	89.454	3.983.838	354	64	755	4.074.465
Taxa de depreciação	-%	-%	10%	10%	20%	

(*) Adiantamento para formação de imobilizado: O saldo de adiantamentos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é composto por adiantamentos feitos a fornecedores para entrega de equipamentos.

(**) Obras em andamento e equipamentos em construção: O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é composto por custos da obra da termelétrica.

(***) Das adições ocorridas no período, o montante total de R\$ 488.005 (R\$ 78.979 em 31 de dezembro de 2019) não teve efeito de fluxos de caixa.

(****) Foram feitas capitalizações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 nos seguintes valores:

Capitalizações financeiras	2020	2019	2018
Juros Empréstimos (BNDES e IFC)	322.050	67.693	-
IOF sobre empréstimos (BNDES)	32.146	28.272	-
Receitas financeiras	(17.782)	(9.885)	-
Custo de transação (BNDES e IFC)	48.026	11.041	-
Despesa de juros sobre arrendamento (Terreno)	21.853	10.916	-
Despesas de juros sobre arrendamento (FSRU)	83.528	-	-
IOF sobre mútuo	9.829	9.210	-
Juros sobre mútuo	6.987	6.987	-
Total	506.637	124.234	-
Capitalização amortizações IFRS 16	2020	2019	2018
Amortização direito de uso - Terreno	8.007	4.219	-
Amortização direito de uso - FSRU	29.787	-	-
Total	37.794	4.219	-

17 Intangível

	Direito de comercialização de energia (*)	Licenças de software	Implantação de Sistemas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	30.000	-	-	30.000
Adições	-	813	-	813
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.000	813	-	30.813
Custo	30.000	813	-	30.813
Amortização acumulada	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.000	813	-	30.813
Adições	-	136	-	136
Amortização	-	(16)	-	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.000	933	-	30.933
Custo	30.000	949	-	30.949
Amortização acumulada	-	(16)	-	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.000	933	-	30.933
Adições	-	399	406	805
Amortização	-	(238)	-	(238)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	30.000	1.094	406	31.500
Custo	30.000	1.348	406	31.754
Amortização acumulada	-	(254)	-	(254)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	30.000	1.094	406	31.500
Vida útil	23 anos	5 anos	-	-

(*) Em 19 de dezembro de 2017, através da resolução autorizativa nº 6.769, a ANEEL transfere o direito de comercialização de energia. A data prevista para o início da operação da Térmica está descrita na nota 1.

18 Direito de uso / Passivo de arrendamento

A movimentação do ano de 2020 e 2019 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Terreno	Sala comercial	FSRU	Total
Direito de uso				
Saldo em 1 de janeiro de 2019	135.038	-	-	135.038
Adições	-	4.147	-	4.147
Remensuração por renegociação	(29.567)	-	-	(29.567)
Depreciação	(4.219)	(541)	-	(4.760)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	101.252	3.606	-	104.858
Adições	-	-	1.279.146	1.279.146
Remensuração por renegociação	(21.010)	(983)	(116.147)	(138.140)
Depreciação	(3.788)	(934)	(29.787)	(34.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	76.454	1.689	1.133.212	1.211.355
Passivo de arrendamento				
Saldo em 1 de janeiro de 2019	135.038	-	-	135.038
Adições	-	4.147	-	4.147
Remensuração por renegociação	(29.567)	-	-	(29.567)
Pagamentos	-	(581)	-	(581)
Juros incorridos	10.916	191	-	11.107
Saldo em 31 de dezembro de 2019	116.387	3.757	-	120.144
Adições	-	-	1.279.146	1.279.146
Remensuração por renegociação	(22.555)	(994)	(116.147)	(139.696)
Pagamentos	-	(1.099)	-	(1.099)
Juros incorridos	10.937	288	83.528	94.753
Variação cambial	-	-	66.439	66.439
Saldo em 31 de dezembro de 2020	104.769	1.952	1.312.966	1.419.687
Circulante	7.152	900	56.331	64.383
Não circulante	97.617	1.054	1.256.635	1.355.306

Após a análise da aderência da norma IFRS 16, a Companhia identificou os seguintes contratos: aluguel do terreno firmado com a Porto do Açú Operações S.A (parte relacionada), aluguel da sala comercial e FSRU como sendo aderentes a esta norma.

A amortização e despesa de juros relacionadas ao aluguel do terreno e aluguel do FSRU, estão sendo capitalizadas, no montante de R\$ 143.175.

A Companhia ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxas incrementais específicas para cada contrato conforme a seguir:

Contratos	2020	2019
Sala comercial	11,42%	9,98%
Terreno	11,74%	10,35%
FSRU	10,80%	-

O fluxo de pagamento dos contratos está demonstrado abaixo:

	Sala comercial	Terreno	FSRU
2020	1.131	-	-
2021	949	7.772	64.942
2022	949	13.323	155.151
a partir de 2023	316	279.783	3.962.925
Total	3.345	300.878	4.183.018

19 Fornecedores

	2020	2019	2018
Fornecedores nacionais	23.489	18.256	7.287
Fornecedores estrangeiros	59.402	54.258	1.302
Total	82.891	72.514	8.589

20 Salários e encargos a pagar

	2020	2019	2018
Gratificações a pagar	9.254	8.798	2.572
Férias	1.937	1.206	513
Encargos sobre férias	1.142	878	300
INSS	1.774	1.305	591
FGTS	224	171	111
Seguros	11	11	3
Contribuição sindical	2	2	1
Total	14.344	12.371	4.091

21 Impostos e contribuições a recolher

	2020	2019	2018
Imposto sobre serviço ("ISS")	342	825	194
INSS terceiros	275	13	7
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços ("ICMS")	2	739	115
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	810	756	806
PIS/COFINS a recolher	15	69	18
PIS/COFINS/ CSLL - retenção	599	108	1.292
PIS/COFINS s/importação	13	-	-
Total	2.056	2.510	2.432
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	281	-
Total	2.056	2.791	2.432
Circulante	2.056	2.791	2.432
Não circulante	-	-	-
Total	2.056	2.791	2.432

22 Obrigações com terceiros

	2020	2019	2018
TCCA - térmica (a)	-	-	9.579
TCCA - terminal (b)	-	207	-
Bolognesi energia (c)	17.142	21.970	21.385
Total	17.142	22.177	30.964
Circulante	17.142	5.700	9.579
Não circulante	-	16.477	21.385
Total	17.142	22.177	30.964

- (a) Termo de compromisso de compensação ambiental – térmica.

Este termo tem como objetivo estabelecer a compensação ambiental, prevista no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu um valor de R\$ 28.736, pagos em 12 parcelas iguais no valor de R\$ 2.395.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui nenhum pagamento em aberto.

- (b) Termo de compromisso de compensação ambiental - terminal.

Este termo tem como objetivo estabelecer a compensação ambiental, prevista no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu um valor de R\$ 2.495, a ser pago mensalmente em 12 parcelas iguais no valor de R\$ 207.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui nenhum pagamento em aberto.

- (c) Conforme determinado em contrato, os valores devem ser pagos em 3 parcelas fixas, já provisionadas no valor original de R\$30.000, que são corrigidas, anualmente pelo IPCA até a data do efetivo pagamento e parcelas variáveis que serão reconhecidas no início da operação, conforme descrito abaixo:

Vencimento	Parcela	Valor original	IPCA			Pagamento	Saldo 2020
			2018	2019	2020		
maio/18	1	10.000	-	-	-	(10.000)	-
janeiro/20	2	5.000	275	217	-	(5.492)	-
90 dias após entrada em operação da UTE I	3	15.000	1.110	368	664	-	17.142
Total		30.000	1.385	585	664	(15.492)	17.142

As parcelas variáveis serão pagas anualmente, a partir 2022, sempre no primeiro dia útil do mês de abril, com base nos demonstrativos financeiros auditados do ano anterior, com parcelas equivalentes a 3% calculado sobre o fluxo de caixa livre do acionista, definido por:

- = EBITDA
 - (+/-) variação do capital de giro;
 - (-) IR/CSSL pagos;
 - (-) despesas financeiras;
 - (+) receita financeira das contas reversas (*);
 - (-) investimento em manutenção;
 - (-) amortização de financiamentos;
 - (+) desembolsos de financiamentos
 - (+/-) variação de contas reservas (**)
- (*) Caso as contas reservas sejam preenchidas com geração de caixa operacional, serão desconsideradas da fórmula acima a variação da conta reserva e a receita financeira correspondente.
- (**) O não pagamento de qualquer dos valores previstos nesse contrato, acarretará a incidência de correção monetária pela variação do CDI, até a data do efetivo pagamento, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, bem como multa moratória 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor.

23 Empréstimos

Em 20 de dezembro de 2018 e 15 de março de 2019, a Companhia assinou contratos de financiamento com BNDES e IFC, respectivamente, cujos valores foram disponibilizados ao longo dos exercícios de 2019 e 2020.

Os empréstimos possuem estrutura de “Project Finance”, garantidos principalmente através de, alienação fiduciária de ativos (equipamentos), das ações da Companhia, das contas vinculadas ao projeto e cessão condicional dos direitos contratuais da Companhia, bem como pelo fluxo de recebíveis de seus contratos de comercialização de energia (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, “CCEAR”).

O quadro abaixo demonstra como o financiamento está estruturado:

Bancos	Moeda	Objetivo	Taxa de juros contratual	Vencimento	Garantias (a)	Linha de crédito total	Taxa efetiva encargos financeiros
BNDES	Real	Investimentos	IPCA + 5,63%	Jan./33	Conta Reserva, Alienação	1.762.800	IPCA +10,97%
IFC (b)	USD	Investimentos	IPCA + 8,40%	Jan./34	fiduciária e Cessão Condicional.	288.000	IPCA + 9,07%

(a) O pacote de garantias é compartilhado em primeiro grau, de forma proporcional e sem qualquer ordem de preferência de recebimento entre os credores seniores.

(b) Limite de crédito contratado em dólar, sendo os desembolsos/captações realizados em Reais (convertidos ao câmbio do momento de desembolso para fins de consumo do limite de crédito).

Em agosto de 2019, foram liberados os primeiros desembolsos no valor de R\$ 1.224.804, do BNDES, e R\$ 804.059 do IFC. Em abril de 2020, foi realizado o segundo desembolso no valor de R\$ 206.479 do BNDES, e R\$ 171.276, do IFC, conforme solicitação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

	2019		2020				Total
	Total	Ingresso em R\$	Juros apropriados	Juros pagos	Custo de captação adição	Custo de captação Amortização mensal	
Instituições							
BNDES	1.254.268	206.479	140.324	(7.431)	-	-	1.593.640
Custo de captação (BNDES)	(393.357)	-	-	-	(7.685)	31.283	(369.759)
IFC	837.011	171.276	114.033	(58.617)	-	-	1.063.703
Custo de captação (IFC)	(59.174)	-	-	-	(3.591)	5.702	(57.063)
	1.638.748	377.755	254.357	(66.048)	(11.276)	36.985	2.230.521
Circulante	62.416	-	116.053	(66.048)	-	-	112.421
Não Circulante	1.576.332	377.755	138.304	-	(11.276)	36.985	2.118.100
Total	1.638.748	377.755	254.357	(66.048)	(11.276)	36.985	2.230.521

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

Instituições	Ingresso em R\$	Juros Apropriados	Juros pagos	Custo de captação adição	Custo de captação Amortização mensal	Total
						Empréstimo
BNDES	1.224.804	34.741	(5.277)	-	-	1.254.268
Custo de captação (BNDES)	-	-	-	(402.614)	9.257	(393.357)
IFC	804.059	32.952	-	-	-	837.011
Custo de captação (IFC)	-	-	-	(60.958)	1.784	(59.174)
	2.028.863	67.693	(5.277)	(463.572)	11.041	1.638.748
Circulante	-	67.693	(5.277)	-	-	62.416
Não Circulante	2.028.863	-	-	(463.572)	11.041	1.576.332
Total	2.028.863	67.693	(5.277)	(463.572)	11.041	1.638.748

Os vencimentos e amortizações do custo de captação e das parcelas a longo prazo são os seguintes:

Ano	Dívida	Juros	Custo de transação
2021	61.751	163.388	(37.600)
2022	100.735	229.936	(36.442)
2023	122.186	223.188	(36.407)
2024	152.092	218.839	(36.312)
a partir de 2025	2.163.129	1.480.716	(279.510)

Em consonância ao CPC 20(R1), os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo, desta forma, a Companhia apropria a parcela do custo de captação e dos juros ao imobilizado em curso até que entre em operação.

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamento possuem cláusulas com *covenants* financeiros e não financeiros, usuais para este tipo de transação, como a obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras, conformidade com as obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e legislação ambiental aplicável, restrições quanto a certas mudanças de sua composição acionária, endividamento adicional e alienações de ativos fora do curso normal do negócio.

Os contratos celebrados entre Companhia e credores estabelecem também, 12 meses após início de operações, a obrigação de manutenção do Índice Histórico de Cobertura do Serviço da Dívida acima de 1,10 vezes apurado anualmente com base nos últimos 12 meses imediatamente anteriores às datas de medição aplicáveis.

24 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contingências cíveis é de R\$0 (31 de dezembro de 2019 R\$ 270 e 31 de dezembro de 2018 R\$ 0).

A movimentação do saldo das contingências em 2020 foi:

	Movimentação da contingência
Saldo em 1º de janeiro de 2019	-
Adição	270
Saldo em 31 de dezembro de 2019	270
Adição	650
Baixa por pagamento	(920)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-

Causa com risco de perda possível

Existe uma ação de janeiro de 2020 que tramita em juízo referente a serviços de dragagem das áreas do Porto do Açú, localizado no município de São João da Barra, dentre tais áreas o Terminal de Gás Natural Liquefeito (“Terminal de GNL”) da GNA I. Esta ação, com valor de R\$ 13.828 em 2020 foi avaliada com risco possível de perda pelos assessores jurídicos, consequentemente, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

25 Patrimônio líquido

	2020		2019		2018	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação
Acionistas						
GNA Infra	1.240.575	67%	1.240.575	67%	597.178	67%
Siemens	611.029	33%	611.029	33%	294.132	33%
Total	1.851.604	100%	1.851.604	100%	891.310	100%

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$925.802 (R\$ 445.698 em 31 de dezembro de 2018), representado por 1.851.604 ações ordinárias (891.310 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2018), nominativas e sem valor nominal. Os aportes de aumento de Capital Social efetuados no período estão demonstrados conforme abaixo:

	<u>Acionista</u>		Capital Social
	GNA Infra	Siemens	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1	-	1
16/03/2018	82.920	-	82.920
04/05/2018	169.050	124.105	293.155
20/08/2018	11.447	5.638	17.085
20/12/2018	35.200	17.337	52.537
Saldo em 31 de dezembro de 2018	298.618	147.080	445.698
08/01/2019	66.435	32.722	99.157
11/03/2019	33.094	16.300	49.394
01/04/2019	71.062	35.001	106.063
16/05/2019	151.078	74.412	225.490
Saldo em 31 de dezembro de 2019	620.287	305.515	925.802
Saldo em 31 de dezembro de 2020	620.287	305.515	925.802

b. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a reserva de capital da Companhia é de R\$925.802 (R\$ 445.612 em 31 de dezembro de 2018), onde a GNA Infra possui o montante de R\$620.287 e a Siemens R\$305.515. Os aportes de aumento de Reserva de Capital efetuados no período estão demonstrados conforme abaixo:

	<u>Acionista</u>		Reserva de capital
	GNA Infra	Siemens	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	-	-
16/03/2018	-	-	-
04/05/2018	-	-	-
20/08/2018	103.021	50.742	153.763
20/12/2018	195.539	96.310	291.849
Saldo em 31 de dezembro de 2018	298.560	147.052	445.612
08/01/2019	66.493	32.750	99.243
11/03/2019	33.094	16.300	49.394
01/04/2019	71.062	35.001	106.063
16/05/2019	151.078	74.412	225.490
Saldo em 31 de dezembro de 2019	620.287	305.515	925.802
01/01/2020	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	620.287	305.515	925.802

c. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

d. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

26 Despesas gerais e administrativas

	2020	2019	2018
Pessoal	(15.163)	(25.883)	(15.047)
Despesas jurídicas	(2.244)	(3.930)	(3.069)
Consultoria e auditoria	(2.349)	(2.457)	(1.079)
Impostos, multas e taxas	(282)	(403)	(402)
TI e telecom.	(1.142)	(2.698)	(282)
Comunicação e assuntos institucionais	(4.697)	(1.148)	(87)
Despesas ambientais e fundiárias	(442)	(177)	-
Viagens	(404)	(3.068)	(33)
Serviços administrativos	(1.484)	(487)	(1.941)
Serviços operacionais	-	(63)	(2)
Seguros	(447)	(303)	-
Depreciação e amortização	(1.320)	(906)	(1)
Despesas gerais e manutenção	(784)	(435)	(34)
Outros serviços de terceiros	(1.845)	(1.401)	(55)
Outras	-	32	(18)
Total	<u>(32.603)</u>	<u>(43.327)</u>	<u>(22.050)</u>

27 Resultado financeiro

	2020	2019	2018
Despesas financeiras			
Despesas bancárias	(24)	(29)	(3)
Comissões e corretagens	(13)	(31)	(23)
Perda em operações de Hedge (NDF)	(24)	(58)	-
IOF	(23)	(1.169)	(49)
Juros e multas	(804)	(251)	(286)
Despesa com atualização de arrendamento	(261)	(183)	-
Variação financeira – IPCA	(716)	(879)	(1.385)
Despesas de juros sobre empréstimos (a)	(7.898)	(9.884)	-
Despesa variação cambial arrendamento	(66.438)	-	-
Variação cambial	(1.692)	(5.932)	(4)
	<u>(77.893)</u>	<u>(18.416)</u>	<u>(1.750)</u>
Receitas financeiras			
Juros sobre aplicações financeiras	7.535	13.775	3.113
Ganho em operações de Hedge (SWAP)	747	28	-
Variação financeira – IPCA	-	285	-
Variação monetária – títulos públicos	958	1.373	-

	2020	2019	2018
Juros ativos ou auferidos	134	60	-
Descontos obtidos	26	-	-
	9.400	15.521	3.113
Resultado financeiro líquido	(68.493)	(2.895)	1.363

- (a) De acordo com o CPC 20(R1), a Companhia está capitalizando todas as despesas financeiras decorrentes do financiamento, que excedem sua receita financeira atrelada também ao financiamento.

28 Gestão de riscos financeiros

a. Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destaca-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira.

Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b. Gestão de risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seus saldos a pagar a fornecedores estrangeiros com exposição cambial durante a fase de construção não afete seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2020, operações de hedge cambial.

De acordo com a política de hedge da companhia, para os contratos em moeda estrangeira da fase operacional, a empresa iniciará a contratação de cobertura cambial antes do início da operação, que prevista para maio de 2021. A contratação do hedge abrangerá parte da exposição cambial prevista para os 3 anos subsequentes da operação.

Conforme mencionado na nota explicativa 18, a Companhia possui um contrato de arrendamento em moeda estrangeira, referente ao período operacional, no montante de USD 804.937, que ainda não possui proteção via operações de hedge. A companhia está estruturando a uma operação de hedge cambial para esta exposição conforme previsto na estratégia.

As estratégias de hedge cambial são descritas no item e) ‘Informações complementares sobre os instrumentos derivativos’.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros anuais e IPCA de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas aos rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principal ponto o hedge das dívidas em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 130.089 (31 de dezembro de 2019 R\$ 367.356 e 31 de dezembro de 2018 R\$ 53.350).

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento vigente em 31 de dezembro de 2020, as curvas forwards de mercado para os indexadores e moedas.

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa		Até 6 meses	2021	2022	2023	2024	2025 em diante
		contratual	total						
Fornecedores	87.646	87.646	87.646	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	2.230.521	4.754.448	194.049	194.049	286.981	307.979	333.956	3.631.483	
Passivos financeiros derivativos									
Non-deliverable Forwards (NDF)	34.049	-	-	34.049	-	-	-	-	-

d. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações de derivativos em aberto.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco BTG Pactual	-	BB-	-
Banco Fibra	-	B-	-

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2020	2019	2018
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalente de caixa	186.221	367.339	53.427
Depósito bancário vinculado	11.837	11.446	200
Instrumentos financeiros derivativos	34.049	(3.243)	-

e. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos de *Non-deliverable Forwards* (NDF) com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco flutuação cambial.

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre protegidos pagamentos a fornecedores e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente.

Programa de hedge das *Non-deliverable Forward* - NDF

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar e Euro.

	2020	2019
Ativo		
Circulante	36.249	2.684
Não circulante	-	667
Total do Ativo	36.249	3.351
Passivo		
Circulante	2.199	3.941
Não circulante	-	2.653
Total do Passivo	2.199	6.594

	2020	2019
Outros resultados abrangentes	<u>34.049</u>	<u>(3.243)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>34.049</u>	<u>(3.243)</u>
Ganho (Perda) Hedge reconhecido no imobilizado	56.227	37.550

NDF	NDF contratada em R\$		Marcação a mercado (MTM)		Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2020	Vencimento (ano)	2020	2019	2020
Termo USD	71.778	2020	-	2.473	30.378
Termo USD	87.250	2021	23.365	667	-
Termo EUR	98.802	2020	-	(3.730)	25.849
Termo EUR	41.109	2021	10.684	(2.653)	-
Líquido			34.049	(3.243)	56.227

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge *accounting* e mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente.

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- (i) Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado (Receita/Despesa financeira). Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para o Imobilizado em conta apropriada (Hedge liquidado) quando o item protegido for efetivamente realizado.

A Companhia documenta no início da operação de hedge accounting, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de hedge e documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de hedge são eficazes.

f. Análise de sensibilidade

As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- **Cenário II:** considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

- **Cenário III:** considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição	Cenário provável	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
NDF							
Item protegido: parte de desembolso em USD	Dólar	Queda do dólar	5,1967	23.365	22.742	(16.637)	(56.007)
Item protegido: parte de desembolso em EUR	Euro	Queda do euro	6,3779	10.684	9.941	(41.992)	(93.926)
Exposição líquida				34.049	32.683	(58.629)	(149.933)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros nas aplicações financeiras que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (BRL) (Base 2020)	Rendimento bruto no cenário provável (BRL)	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
						(BRL)	(BRL)
Aplicações de renda fixa	CDI	Queda de juros	1,90% a.a.	130.130	2.290	(578.345)	(1.144.828)

Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo dos instrumentos de derivativos, denominados *Non-Deliverable Forward* (NDF), contratados pela UTE GNA I, utilizamos as taxas de mercado obtidas no site da B3, sendo elas (i) DI x Pré; (ii) Real x USD (iii) Real x Euro. Para esta precificação, consideramos a data de fechamento do período contábil em análise.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;
- **Nível 2** - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	Nível	2020		2019		2018	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)							
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado							
Caixa e equivalente de caixa	1	186.221	186.221	367.339	367.339	53.427	53.427
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)							
Mensurado pelo custo amortizado							
Fornecedores	2	87.646	87.646	72.514	72.514	8.589	8.589
Empréstimos	2	2.230.521	2.230.521	1.638.748	1.638.748	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente							
<i>Non-deliverable forwards</i> (NDF) - Instrumento de Hedge	2	34.049	34.049	(3.243)	(3.243)	-	-

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratar de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para cálculo da marcação a mercado - MTM, utiliza-se a projeção da cotação da moeda contratada na NDF para a data de vencimento de acordo com a curva de futuros da BM&F. Este valor é trazido a valor presente de acordo com a projeção do CDI segundo a curva de DI futuro da BM&F.

29 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as coberturas de seguros são as seguintes:

	2020	2019	2018
Danos Materiais (Riscos de Engenharia)	4.649.078	3.605.950	3.466.479
Responsabilidade Civil e Danos Ambientais	82.578	82.578	82.578
Lucros Cessantes Esperados	3.891.189	3.018.110	4.641.960
Transporte de Equipamentos Importados	1.959.156	1.519.574	1.459.447
Responsabilidade Civil (Escritório e Funcionários)	10.000	10.000	-
Garantia de Performance	152.609	152.609	-
Garantia Fiança - Locação	1.711	1.711	-
D&O	-	100.000	-
Incêndio (property do escritório)	6.000	6.000	-
Responsabilidade Civil (Operador Portuário)	519.670	-	-
Responsabilidade Civil (Ambiental)	10.000	-	-
Transporte GNL	935.406	-	-

30 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$4.001.545 (R\$1.776.774 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 2.264.995 em 31 de dezembro de 2018), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras da Termelétrica.

	2020	2019	2018	Descrição
Ativo				
Imobilizado/Intangível				
Adiantamentos para formação de imobilizado (*)	5.314	5.211	8.788	Manutenção e qualidade do Ar, serviço de vigilância
Obras em andamento e equipamentos em construção (**)	1.260.912	1.328.614	2.236.264	Gastos referente ao término da obra da térmica, gastos durante o período de comissionamento
Intangível	686	-	-	Licenças de sistemas
Total	1.266.912	1.333.825	2.245.052	
Resultado				
Custos	2.690.956	-	-	Contratos de operação da térmica, operações do FSRU
Despesas Gerais e Administrativas	43.677	442.949	19.944	Gastos com viagens e estadias, consultoria para TI, assessoria financeira
Total	2.734.633	442.949	19.944	
Total	4.001.545	1.776.774	2.264.996	

31 Eventos subsequentes

a. SPIC

Em 28 de janeiro de 2021, o foi concluída a operação em que a SPIC passou a deter 33% dos projetos termelétricos GNA I e GNA II.

Na data da assinatura do contrato, a GNA Infra detinha o controle da GNA I, com 67% das ações da Companhia. Com a execução da transação, a sua participação será diluída em 33% pela entrada da SPIC (venda de ações correspondentes a 22 pontos percentuais da sua participação), que levará a GNA Infra a um percentual de participação de 45% na GNA I, com a consequente perda do controle, uma vez que não há acordo para preponderância nas decisões.

A composição final do capital após as movimentações societárias será a seguinte:

	Participação
GNA Infra	44,89%
SPIC Brasil	33,00%
Siemens	<u>22,11%</u>
Total	100,00%

b. Mútuo

Em 28 de janeiro de 2021, a GNA I recebeu através de Mútuo o montante de R\$ 53.326 da SPIC.

Em 04 de fevereiro de 2021, a GNA I recebeu através de Mútuo os montantes de R\$ 68.927 da GNA Infra e R\$ 39.342 da Siemens.

Esses mútuos têm como condições: taxa de juros de 1,90% e vencimento de 180 dias, conforme contrato.